



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CORREIÇÃO ORDINÁRIA

**2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE
BELÉM**

Comarca	BELÉM/PA
Unidade	2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Competência	Crimes do Juízo Singular, Crimes dolosos contra a vida em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher até a preclusão da decisão de pronúncia e Cíveis Decorrentes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
Data da Correição/Edital	Dia 10 e 11/05/2023. Edital 06/2023-CGJ, publicado no DJE n.º 7582, na data de 24.04.2023
Responsável pelo preenchimento do relatório na Unidade	MÁRCIO SILVA CASTRO – respondendo pela Direção de Secretaria

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Juiz de Direito/Período de exercício na Unidade:

MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA

Observação CGJ: O magistrado é titular da Unidade desde 08/05/2015.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:

a) Férias: NÃO HOUVE GOZO NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES

b) Folgas compensatórias: Não houve

c) Licenças: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1.3. Endereço/telefone/e-mail:

Fórum Criminal, Rua Tomázia Perdigão, nº 310, bairro da Cidade Velha
telefone: (91) 3205-2129 ou 3205-2128
email: 2mulherbelem@tjpa.jus.br

1.4. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) magistrado(a)?

05 a 08.09.2022

1.5. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Não há expedientes pendentes.

Observação da CGJ: Informação do Diretor de Secretaria da Corregedoria informa que não há expediente pendente de resposta pela Unidade.

2. QUADRO FUNCIONAL E ESTRUTURA DA SECRETARIA/UPJ:

2.1 – Servidores(as) da Secretaria/UPJ:

SERVIDORES(AS) DA SECRETARIA/UPJ			
	Nome do(a) servidor(a)	Tipo de vínculo (efetivo, exclusivamente comissionado, cedido, terceirizado, estagiário)	Cargo/Função
01.	Louise de Lima Ferreira Andrade	Efetivo	Auxiliar de Secretaria/Diretora de Secretaria
02.	Nara Gonçalves Pereira	Efetivo	Auxiliar Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

03.	Roberta Martha Vieira	Efetivo	Analista Judiciário
04.	Márcio Silva Castro	Efetivo	Analista Judiciário
05.	Mirasol do Socorro Mafra Mascarenhas Chaves	Efetivo	Analista Judiciário
06.	Juliana de Castro Brasil	Estagiário	
07.	Leonardo Serruya Saife	Estagiário	

Observação da CGJ: A lotação paradigmática da Vara segundo os dados da SGP é de 8 servidores.



**TAF I - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias da Primeira Grau e Segunda Grau
2º Semestre - 2022**

Unidade	Sigla	Nome	A.C.	Mês/Ano	Situação	Código do Servidor	Data de Admissão	Vínculo	Cargo	Classe	Carreira de Magistério Judiciário - 2022											Cargo em Curso	Situação	Data	Total de Servidores			
											1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11					12		
1	100	SECRETARIA DE REGISTRO E ARQUIVOS	01	2022	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	100	SECRETARIA DE REGISTRO E ARQUIVOS	02	2022	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	100	SECRETARIA DE REGISTRO E ARQUIVOS	03	2022	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

2.2. Há servidores(as) da Secretaria/UPJ que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses).

Sim, uma servidora em regime de teletrabalho (Mirasol do Socorro Mafra Mascarenhas Chaves). A produtividade é controlada extraindo-se relatório do sistema de gestão de atividades.

Observação da CGJ: Planilha em anexo ao relatório.

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) da Secretaria/UPJ em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos último 03 meses)

A produtividade é controlada extraindo-se relatório do sistema de gestão de atividades.

Observação da CGJ: Planilha em anexo ao relatório.

2.4. A Unidade se encontra com lotação paradigmática de servidores(as)?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(Resolução n. 219/2016-CNJ, alterada pelas Resoluções n. 243/2016-CNJ e n. 282/2019-CNJ)

Sim, conforme relatório em anexo.

Observação da CGJ: A lotação paradigma da Vara segundo os dados da SGP é de 8 servidores. Segue print de tela.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 TJP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Jurídicas de Primeira Grau e Segunda Grau
 2º Semestre - 2023

SIGLA	TIPO	NOME	FA	NOME	CARGO	CATEGORIA	SALA	VALOR	RESERVA	DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES EM CARGO EM 2023										TOTAL DE SERVIDORES EM CARGO EM 2023	TOTAL DE SERVIDORES EM FUNÇÃO DE COMARCA					
										DESCRIÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES (EX)												TOTAL DE SERVIDORES EM CARGO EM 2023	TOTAL DE SERVIDORES EM FUNÇÃO DE COMARCA			
										PROF. ADJ. PROC.	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE	PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE					PROF. ADJ. PROC. SUPLENTE		

2.5. Estrutura da Secretaria/UPJ:

(descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Problema de acessibilidade, problema de segurança (não há saída de emergência).

Observação da CGJ: Foi informado que as varas representam a maioria da demanda do fórum criminal, e não tem acessibilidade. Quando necessário utilizam o elevador da carceragem. Aconteceu algumas vezes das partes serem carregadas para acesso à Vara. As Unidades de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Belém não atendem à estrutura de acesso do CNJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Porta da carceragem que dá acesso ao elevador



Elevador de acesso à Vara



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Escada de acesso à Vara



Entrada da Vara + escada de acesso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3. QUADRO FUNCIONAL E ESTRUTURA DO GABINETE:

3.1 – Servidores(as) do Gabinete:

SERVIDORES(AS) DO GABINETE			
	Nome do(a) servidor(a)	Tipo de vínculo (efetivo, exclusivamente comissionado, cedido, terceirizado, estagiário)	Cargo/Função
01.	Alba Marques Arrais	Exclusivamente comissionado	Assessor de Juiz
02.	Lívia Janson Ferreira	Efetivo	Analista Judiciário
03.	Mayer Levy Obadia	Efetivo	Analista Judiciário
04.	Ana Léa Chagas Marçal	Efetivo	Auxiliar Judiciário

3.2. Há servidores(as) do Gabinete que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Não

3.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) do Gabinete em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos último 03 meses)

Extraindo-se o relatório de produtividade constante na Gestão Judiciária

Observação da CGJ: Planilha em anexo ao relatório.

3.4. Estrutura do Gabinete:

(descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

diversos)

Ocasionalmente verifica-se goteira e presença de animais no forro (urubus)

Observação da CGJ: Ainda há essa situação na secretaria e no gabinete. Não há sigadoc, mas quando reportado para a Direção do Fórum Criminal é resolvido.

4. MINISTÉRIO PÚBLICO/DEFENSORIA PÚBLICA:

4.1. Há Promotores(as) de Justiça atuando na Unidade? Identificar.

Dr. Sandro Garcia de Castro – 2ª PJ de Viol. Doméstica
Dr. Franklin Lobato Prado – 4ª PJ de Viol. Doméstica

4.2. Há Defensores(as) Públicos(as) atuando na Unidade? Identificar.

Dr. Valdecir Dias
Dr. Alessandro Oliveira
Dra. Daiane Lima dos Santos

5. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA/UPJ:

5.1. Qual a metodologia de trabalho empregada na Secretaria/UPJ (por setor, por tarefa, etc)? É utilizado método de triagem? Há fluxo de trabalho pré-estabelecido até o retorno do Gabinete?

A Unidade informou que é empregada a metodologia por tarefa utilizando tarefas e etiquetas no PJE.

É realizada triagem. Os autos para triagem são oriundos, em geral, das tarefas “Processos devolvidos pelo plantão”, “Verificar providências a adotar” e “Cumprir ato proferido de decisão inicial/decisão/despacho e julgamento”.

Com relação aos “Processos devolvidos pelo plantão”, os quais entram diariamente, são triados pela servidora em teletrabalho Mirasol, sendo conferida se há expedição de mandados de Medidas Protetivas de Urgência, sanadas eventuais pendências, etiquetados os autos e movimentados para aguardando prazo ou verificar providências, conforme o caso. Acerca dos autos recebidos pela tarefa “Verificar providências a adotar”, neste caso, Inquéritos Policiais e demais classes redistribuídas a este Juízo, são verificados diariamente pela Diretora de Secretaria (Medidas Protetivas, Pedidos de Prisão e Flagrantes) sendo facilmente identificados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

pois entram sem etiqueta. Já os Inquéritos Policiais são repassados ao estagiário a fim de que seja minutada certidão de prevenção, a qual será conferida e assinada pela servidora Nara. Quanto aos processos ordinários oriundos do Gabinete para a Secretaria, os quais se encontram em “Cumprir ato proferido de decisão/despacho e julgamento”, são triados pela Diretora de Secretaria e pela servidora em teletrabalho.

Há fluxo para retorno ao gabinete. Os processos que retornam ao magistrado são, em sua maioria, oriundos de agrupadores ou de encerramento de prazo. Os agrupadores são visualizados pela servidora Mirasol e os processos de encerramento de prazo são certificados por servidor, de acordo com suas tarefas e imediatamente concluídos após análise e certificação.

5.2. Como são divididas as tarefas dentre os(as) servidores(as) que atuam na Secretaria/UPJ? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor(a).

A Unidade informou que há 05 (cinco) servidores que atuam efetivamente na secretaria.

Os autos de réu preso são cumpridos pela Diretora de Secretaria. As servidoras Mirasol (teletrabalho) e Nara se concentram em etiquetas relacionadas aos processos sentenciados, a primeira atuando predominantemente em Medidas Protetivas e a segunda em processos criminais. Os servidores Roberta e Márcio se concentram em tarefas relacionadas aos processos sentenciados, a primeira em arquivamento e intimações e o segundo em guias de execução e remessa ao 2º grau.

As Medidas Protetivas de Urgência concedidas e demais decisões de cumprimento urgente recebidas na secretaria são distribuídas entre os servidores do presencial por etiquetas.

5.3. São fixadas metas de trabalho para cada servidor(a) dentro das atribuições para as quais foram designados na Secretaria/UPJ?

A Unidade informou que a servidora Mirasol que atua em teletrabalho possui metas estabelecidas em plano de ação.

Os demais servidores atuam em suas tarefas observando os prazos urgentes e de modo a evitar que os processos a si atribuídos fiquem paralisados por mais de cem dias. Além do que, se empenham no cumprimento prioritário das metas 2 e 8 do CNJ.

5.4. Todos os(as) servidores(as) e estagiários possuem e utilizam senha individual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

para acessar os sistemas?

Sim

- DOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIOS DA SECRETARIA/UPJ:

5.5. Durante a análise dos processos que se encontram na tarefa “*Migração do Sistema Libra*”, antes do encaminhamento para a primeira análise pelo(a) Magistrado(a), são atualizados os dados cadastrais das partes e advogados? É verificada a identificação de classe e assunto, conforme da Tabela Processual Unificada do CNJ? É realizada etiquetagem?

Sim. A mudança é verificada na alteração da classe processual.

Observação da CGJ: Há apenas quatro processos na tarefa migração do sistema Libra que são processos desarquivados a pedido de advogados.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Observação da CGJ: A Diretora informou que precisa cadastrar a petição do Advogado para dar o devido andamento.

5.6. Como é feito o controle dos processos que possuem prioridade legal? (idosos, medidas cautelares urgentes, Infância e Juventude, Violência Doméstica e Familiar, etc).

Etiqueta eletrônica: RÉU PRESO, URGENTE, MEDIDAS PROTETIVAS, AFASTAMENTO DO LAR.

Observação da CGJ: abaixo, prints de tela das etiquetas.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



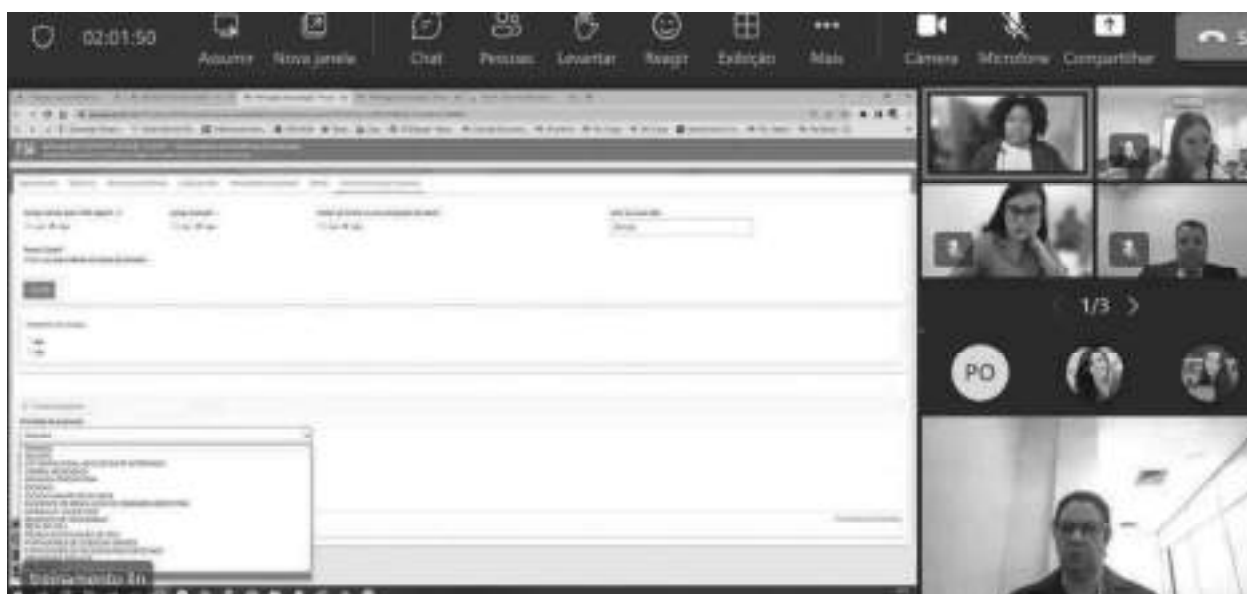
5.7. Nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ, sigredo de justiça e prioridades legais há identificação dos autos digitais por etiquetas?

O sistema permite esse cadastro em RETIFICAR AUTUAÇÃO (características do processo), sem necessidade de etiquetar

Observação da CGJ: No workshop realizado com a servidora da Corregedoria, Noemy Carvalho, foi abordado o assunto, conforme prints de tela abaixo.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**



Observação da CGJ: Na retificação de autuação, características do processo constam as etiquetas automáticas.

5.8. Há análise diária da pasta “agrupadores” do sistema PJE?

(Corregedoria: no PJE utilizar filtro “buscar resultados desde sempre” para verificação)

Sim.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

A imagem mostra a interface de um sistema de gestão judicial. No topo, há uma barra de navegação com ícones para Home, Início, e uma opção de usuário. Abaixo, há uma seção de busca com campos para 'Número', 'Número para', 'Data parte', 'Data para', 'Código', e 'Código com prefixo (2010)'. Há também uma seção de filtros com 'Data de entrada de dados' e 'Data de saída de dados'. Abaixo disso, há uma lista de filtros ativos com ícones de seta para expandir/contrair:

- Processos com data de entrada de dados - (10)
- Processos com data de entrada de dados - (10)
- Processos com data de entrada de dados - (10)
- Processos com data de entrada de dados - (10)
- Processos com data de entrada de dados - (10)
- Processos com data de entrada de dados - (10)

5.9. A Secretaria/UPJ utiliza atos ordinatórios para intimação? *(Provimento n. 06/2006-CGJ, alterado pelo Provimento n. 08/2014-CJRMB)*

Sim

5.10. A Unidade realiza o procedimento de “retificação da autuação” no sistema PJE após o recebimento da denúncia pelo Órgão do Ministério Público?

Sim, especialmente nos dados iniciais.

5.11. Há processos “aguardando conclusão” em Secretaria?

Não

5.12. De que forma são controlados os prazos processuais?

Etiqueta de prazo e na tarefa aguardando prazo.

5.13. Consta do acervo eletrônico da unidade processos migrados com base na Nota Técnica nº 001/2022-SDV? Caso positivo, eles estão identificados no acervo por meio de etiquetas? E que providências foram adequadas para devolução dos autos físicos?

Não há processos nessa situação extraviado ou com carga



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.14. Há processos paralisados há mais de 90 (noventa) dias aguardando laudo pericial, exame de DNA, etc? Em caso positivo, como é realizado o controle destes feitos? Que providências foram adotadas diante do atraso injustificável do laudo pericial/exame? (a Unidade deve juntar lista de todos os processos nesta situação)

Sim, sendo feita a cobrança por e-mail ou ofício à instituição desidiosa.

Observação da CGJ: A Unidade juntou relatório contendo um processo nº 0818417-30.2021.814.0401 aguardando perícia. A Diretora de Secretaria reportou que há muitas etiquetas. A CGJ recomenda que as etiquetas sejam padronizadas.



5.15. Existem inquéritos sem andamento há mais de 03 (três) meses? Quantos inquéritos se encontram tramitados para a Delegacia e/ou Corregedoria de Polícia Civil para cumprimento de diligências? (artigo 3º da Resolução n. 66/2009-CNJ, alterada pelas Resoluções n. 87/2009-CNJ e 117/2010-CNJ e pela Emenda n. 1-CNJ)

Há 03 processos nessa situação: 0000337-71.2009.8.14.0401, 0820216-74.2022.8.14.0401 e 0817769-16.2022.8.14.0401.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

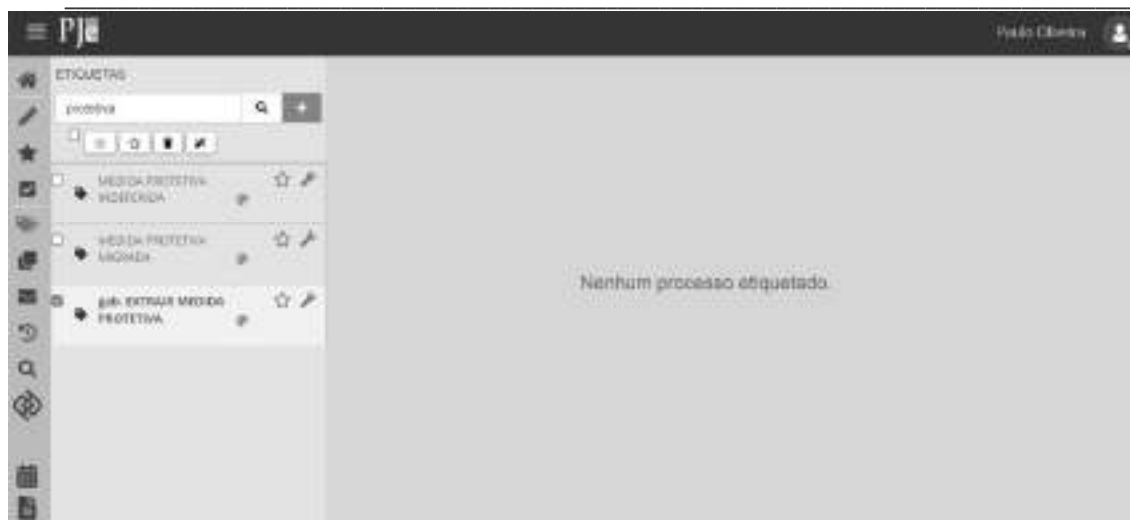
Observação da CGJ: A DEAM encaminha os IPLs indistintamente para as varas de violência doméstica sem observar a prevenção. Isso gera trabalho para as varas de violência que precisam certificar nos autos e encaminhar para a Vara competente. A solicitação seria a distribuição como novo processo incidental, pelo PJe.

A DEAM de Icoaraci, encaminha os pedidos de medidas protetivas dentro do auto de prisão em flagrante, sendo o correto encaminhar a medida com um novo número de distribuição.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**



Observação da CGJ: A cobrança é feita através de despacho. Não há um controle separado de cobrança de IPL remetido. O Ministério Público expede as diligências diretamente à DEAM. Tem um Ministério Público que efetivamente atua na Vara. Durante a correição foi visto que o primeiro processo (0000337-71.2009.8.14.0401) não é IPL e sim ação penal.

5.16. A Secretaria realiza a exclusão das partes considerando o desmembramento dos autos? (*Instrução n. 01/2021-CGJ – regulamenta o procedimento de cadastramento de processos desmembrados em razão de decisão judicial*)

Não foi verificado processo nessa situação.

5.17. Há processos em Secretaria aguardando remessa ao 2º grau? Há processo envolvendo réus presos nesta situação?

Sim, mas nenhum é processo com réu preso.

Observação da CGJ: Durante a correição foram identificados 9 processos aguardando remessa ao 2º grau. Deve a Unidade encaminhar os processos ao 2º grau de forma célere.

[CRIM] Remeter ao 2o Grau

9

5.18. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

anos? (§2º do art. 2º da Lei Estadual n. 6.750/2005, que instituiu o Sistema de Conta Única de Depósitos sob Aviso à disposição da Justiça no Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências).

(Deve a Unidade juntar o relatório expedido pelo SDJ)

Não

Observação da CGJ: Relatório em anexo

5.19 Há efetivo controle pela Secretaria/UPJ sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

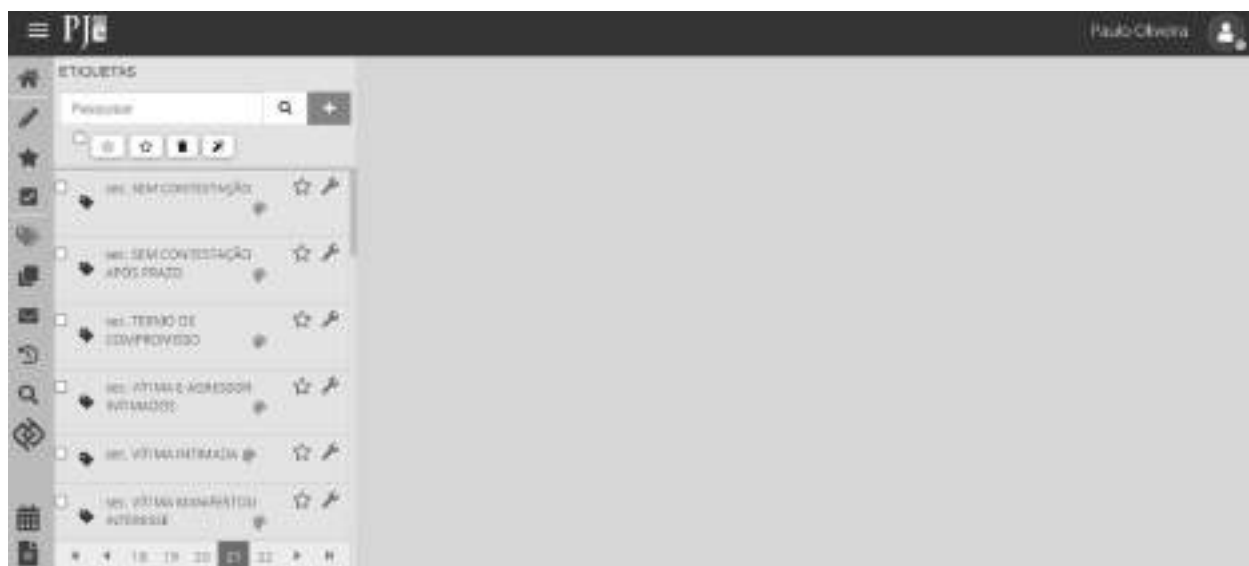
Sim. O controle é feito pela colocação da etiqueta: AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO e COBRAR DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Observação da CGJ: A Unidade tem 22 páginas de etiquetas, conforme prints abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.20. Há processos aguardando cumprimento de mandado há mais de 30 dias? Como é feita a cobrança desses mandados? (*Provimento Conjunto n. 09/2019-CJRMB/CJCI, alterado pelo Provimento Conjunto n. 01/2020-CJRMB/CJCI e pelo Provimento n. 01/2022-CGJ*)

Sim, pelo e-mail da Central de Mandados e do Oficial de Justiça a quem foi distribuído o mandado.

05 (cinco) expedientes mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça

Número do processo	Número do documento	Data do recebimento	Nome do Oficial
0007042-02.2020.8.14.0401	Intimação (11383902)	15.12.2022	ANTONIO DA COSTA QUARESMA
0800591-20.2023.8.14.0401	Intimação (11999680)	09.02.2023	ANTONIO CARLOS SILVA DOS SANTOS
0801552-58.2023.8.14.0401	Citação (11841775)	01.02.2023	ANTONIO CARLOS SILVA DOS SANTOS
0811393-14.2022.8.14.0401	Intimação (11432111)	19.12.2022	OFICIAL DE JUSTIÇA A DETERMINAR
0813188-55.2022.8.14.0401	Citação (11797273)	31.01.2023	DANIEL DOS REIS BARBOSA

Observação da CGJ: Há mandados distribuídos desde dezembro de 2022. Conforme informações da Diretora de Secretaria, provavelmente são mandados que devem ter ficado perdidos na caixa. A cobrança é feita por e-mail. Tem um volume grande de mandados que não são cumpridos durante o plantão e geram retrabalho da Unidade. Recomendação: Diligenciar com posterior retorno à CGJ.

5.21. A Unidade utiliza os sistemas SEEU/CNJ (competência para execução penal), BNMP/CNJ, INFOPEN/SUSIPE (consulta sobre réus presos), INFODIP/TRE (cadastro de suspensões direitos políticos), SIEL/TRE (consulta de endereços),



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SISTAC/CNJ (audiência de custódia), SNBA/SNGB/CNJ (Bens apreendidos) e SDJ (sistema de depósitos judiciais)?

Somente INFODIP e SISTAC/CNJ.

Observação da CGJ: A Diretora de Secretaria informou que utiliza o SEEU apenas na consulta pública. Apenas os servidores Márcio e a Diretora de Secretaria utilizam o SEEU, SNBA e SDJ (apenas a Diretora de Secretaria). Os demais servidores utilizam BNMP/CNJ e INFOPEN. Não utilizam apenas o SIEL.

Recomendação: A unidade precisa fazer o treinamento de SNGB, cumprindo ofício circular 16/2023-CGJ.

5.22. A Secretaria/UPJ intima as partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp*? (Resolução n. 28/2018-GP - institui e regulamenta, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, e dá outras providências).

Somente os Oficiais de Justiça utilizam essa forma de comunicação.

5.23. A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do afiançado e à disposição do Juízo? No recolhimento dos valores de fiança é observado o procedimento disposto na Resolução 224/2016 – CNJ? (Dispõe sobre o recolhimento do valor arbitrado judicialmente a título de fiança criminal na ausência de expediente bancário e dá outras providências).

Não verificada essa situação desde a última correição.

5.24. A sentença criminal condenatória transitada em julgado é comunicada à Justiça Eleitoral?

Sim, através do INFODIP.

5.25. A Secretaria/UPJ certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

Sim, especialmente nas sentenças condenatórias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.26. O Juízo observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE?

(Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

Sim.

5.27. É cumprida a Resolução n. 162/2012 do CNJ? *(Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem).*

Não verificada essa situação.

5.28. A Secretaria/UPJ adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? *(Boas Práticas)*

A Unidade informou que: Sim.

A Secretaria utiliza o painel de gestão judiciária para verificar os processos paralisados há mais de cem dias e dar andamento assim que verificado processo nessa listagem. Tais processos são distribuídos aos servidores conforme suas atribuições.

São utilizadas etiquetas para controle dos prazos de mandados e sua cobrança.

5.29. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos? A Unidade realiza acompanhamento do Painel de Incremento de Baixas – PIB? *(Portaria n. 4590/2019-GP, de 25/09/2019). Segundo o Painel de Gestão Judiciária, há quantos feitos julgados e não baixados na Unidade?*

(Corregedoria: incluir print do PIB e do quantitativo de processos julgados e não baixados segundo Painel de Gestão)

A Secretaria procede a baixa semanalmente, particularmente quando há processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

aptos a serem arquivados.

Observação CGJ: A Unidade está cumprindo a meta mensal de baixas.



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º CRAU
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

24 VASA DE VIGILÂNCIA COMPLETA E FORMALIZADA

JULGADOS E NÃO BAIXADOS
 1.054

Filtros de processos julgados e não baixados

CLASSE	JULGADOS E NÃO BAIXADOS
Atos Processuais de origem do Estado do Pará	80
Substância - Processamento Sumário	71
Ação Penal - Processamento Ordinário	4
Processo de Férias Processual	0
Comarca de Uruará, Açailândia e Oberegência do Território Federal de São João del-Rei	5
Total	1.054

Data de processo julgados e não baixados

Nº PROCESSO	ORG. CLASSE	TRIBUNAL	CLASSE	DATA
00000000000000000000	1000	0010	Ação Penal - Processamento Sumário	1000 - Documento de Motivação Sumária
00000000000000000000	1000	0010	Ação Penal - Processamento Sumário	1000 - Documento de Motivação Sumária
00000000000000000000	1000	0010	Ação Penal - Processamento Ordinário	1000 - Atos 0000 - Voto(s) Sumário(s) Controlado(s)
00000000000000000000	1000	0010	Ação Penal - Processamento Ordinário	1000 - Atos 0000 - Voto(s) Sumário(s) Controlado(s)
00000000000000000000	1000	0010	Motivos Fundados de origem do País de origem	1000 - Atos
00000000000000000000	1000	0010	Ação Penal - Processamento Sumário	1000 - Atos 0000 - Carta(s) de Motivo(s)
00000000000000000000	1000	0010	Ação Penal - Processamento Sumário	1000 - Atos 0000 - Voto(s) Sumário(s) Controlado(s)
00000000000000000000	1000	0010	Ação Penal - Processamento Sumário	1000 - Atos 0000 - Voto(s) Sumário(s) Controlado(s)

JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Número do processo: [input]
 Grátis (0 a 1000): [input]
 Atos (0 a 1000): [input]
 Voto(s) Sumário(s) Controlado(s) (0 a 1000): [input]
 Prioridade (0 a 1000): [input]

5.30. A Secretaria Judicial/UPJ cumpre efetivamente todas as determinações contidas na Lei n. 8.328/2015, alterada pelas leis n. 8.583/2017 e n. 9.217/21? (Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim, quando há processos nessas situações, mas em regra as determinações são sem custas processuais.

- DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

5.31. Como é feito o controle do prazo prescricional dos feitos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/CNJ? Há informações nos autos referentes (1) às datas dos marcos interruptivos e (2) cálculo da prescrição?

(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Etiquetando-se o ano da prescrição. O cálculo da prescrição é utilizado para o controle dos processos suspensos.

Observação da CGJ: Não foi localizada etiqueta com ano. Recomendar o controle do prazo prescricional através de etiquetas ANO E MÊS.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.32. A Unidade adota nos processos suspensos nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal o procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB, renovando a cada 90 (noventa) dias as diligências necessárias à localização do réu, inclusive utilizando-se de consulta do SEEU que possui base nacional? Há registro de controle dos prazos prescricionais nos processos suspensos?

(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

Sim, há a etiqueta de PROCESSOS SUSPENSOS, bem como são encaminhados para a tarefa PROCESSO SUSPENSO

Observação da CGJ: A Unidade possui 430 processos suspensos, conforme dados extraídos do painel de gestão.

- DOS PROCESSOS ENVOLVENDO RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:

5.33. Está sendo efetuado nos sistemas o devido registro de todas as informações dos réus presos provisórios? *(nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço)*

Sim, os dados são preenchidos nos termos do que constam nos autos.

Observação da CGJ: Foi entregue à Diretora de Secretaria a lista de presos extraída do BNMP e mostrado o depurômetro.

Recomendação: que seja feita a depuração da lista de presos no BNMP e encaminhada à CGJ.

5.34. Como são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há réu preso provisório? O controle é compartilhado entre os servidores(as) da Secretaria e Gabinete?

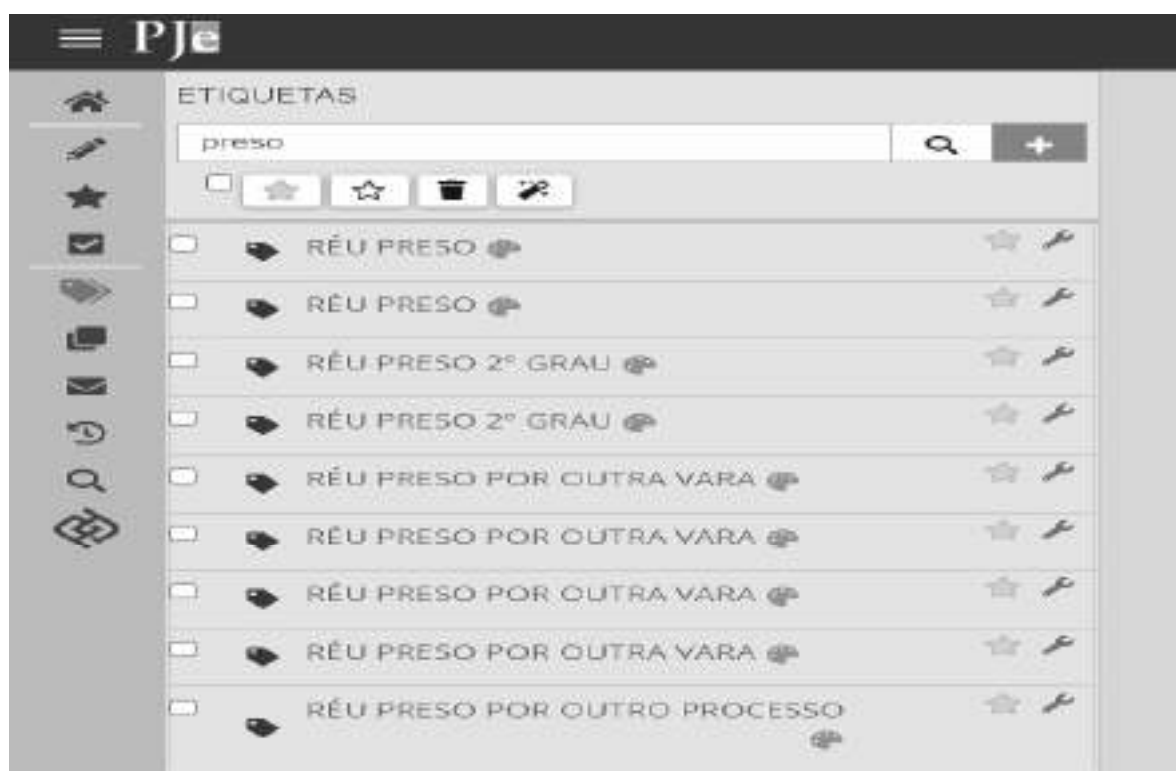


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação

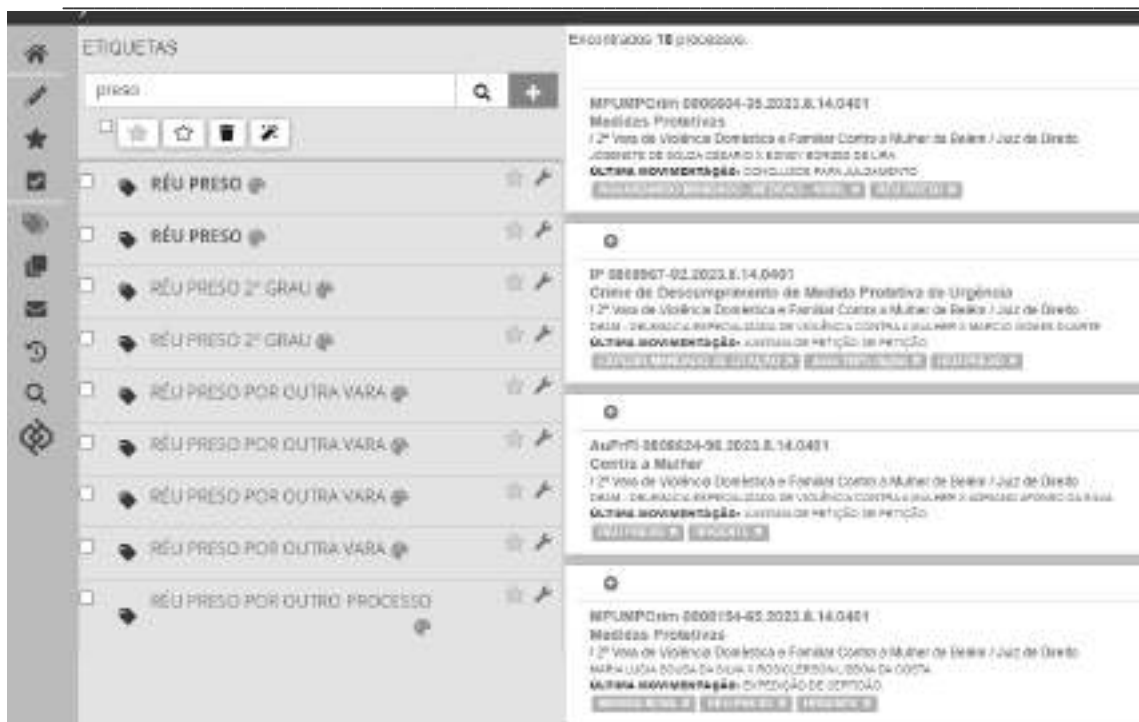
Os processos são sinalizados com a etiqueta RÉU PRESO. O controle é compartilhado numa planilha no TEAMS, acessível a todos os servidores.

Observação da CGJ: A Diretora de Secretaria identifica também as medidas protetivas referentes a esses processos, e por este motivo extrapola o número de presos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



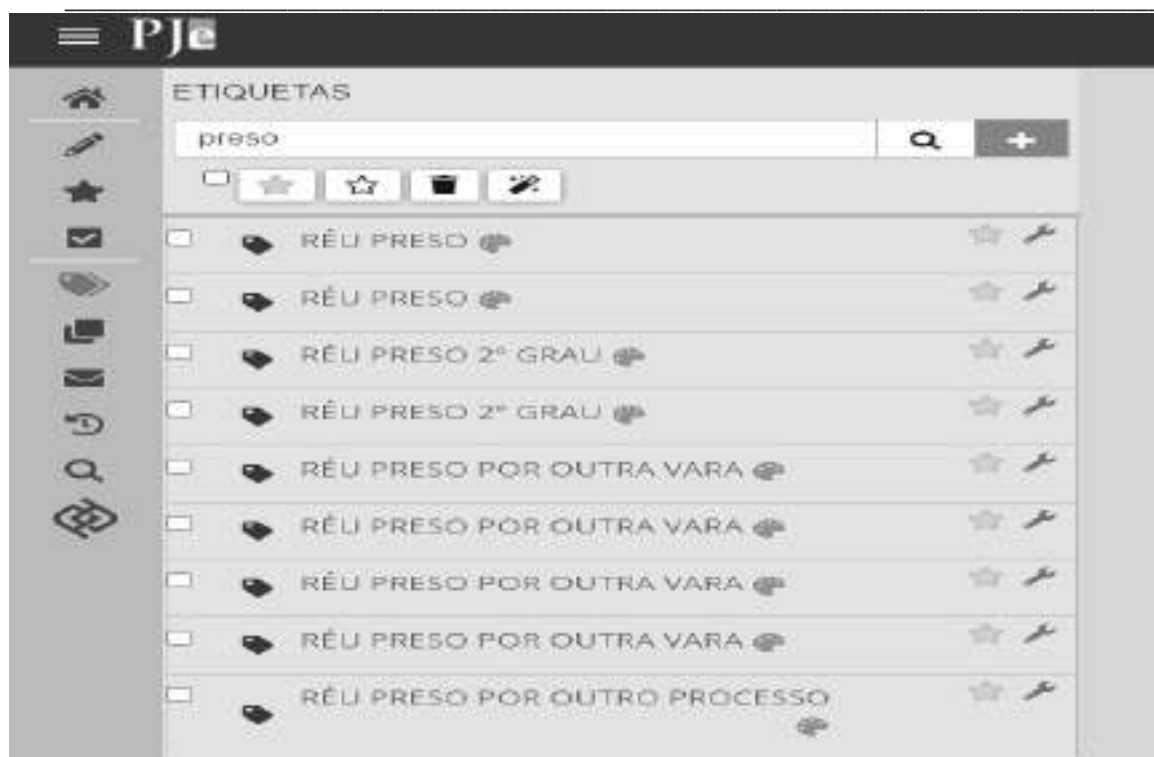
5.35. A Unidade realiza o registro dos dados de prisão e soltura dos réus e atualiza as informações constantes da aba “*Informações Criminais*” no PJE, imprescindíveis para eficiente alimentação do sistema “Painel de Gestão de Réus Presos”?

Sim, por meio de inserção da etiqueta “Réu Preso” e seleção da prioridade “Réu Preso”

Observação da CGJ: Deve a Unidade assistir ao vídeo 3 da DPGE que ensina como usar a ferramenta de informações criminais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



5.36. Há processos envolvendo réus presos provisórios sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias? Há processos envolvendo presos provisórios tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? Em caso positivo, relacioná-los.

(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão).

Não há processos nessa situação.

5.37. Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso? Em caso afirmativo, como é realizado o controle?

Nos casos em que é deferida a liberdade com a medida cautelar de comparecimento em juízo, coloca-se num fichário para assinatura quando o réu comparece em juízo.

Observação da CGJ: Verificou-se que há uma pasta física com folhas soltas em que consta o nome do beneficiado, número do processo, data de comparecimento, atualização de endereço, e assinatura. Foi informado que não há efetivo controle na Unidade.

Observação da CGJ: Foi recomendado a adotar o modelo de certidão nos autos. Assim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

há um controle mais efetivo pela Unidade.

5.38. Todos os mandados de prisão, alvarás de soltura e guias de execução penal são expedidos no BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão)? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do BNMP para evitar inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura dos réus? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências). (Corregedoria: verificar dados Depurômetro)

Sim, havendo uma lacuna nos casos em que o mandado foi cadastrado no plantão, mas que está sendo corrigido conforme orientação da Presidência.
--

Observação da CGJ: a listagem de presos extraída do BNMP em março/2023 constava 35 presos. Na ferramenta depurômetro consta 59 mandados pendentes de análise, no PJe consta 18 presos e na planilha de controle de presos da Unidade, consta 9 presos.

Recomendação: Efetuar o saneamento do BNMP para refletir a realidade de presos da Unidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

MONITORAMENTO DA DEPURAÇÃO DO BNMP "DEPURÔMETRO"

Atualização: 14/05/2023

Atenção! Aceitando demandas das Unidades Judiciárias, o "Depurômetro" passou por aperfeiçoamento. Antes, a depuração era realizada pela Unidade Judiciária Competente do mandado. Agora, a depuração será realizada pela Unidade Judiciária competente para processar e julgar o auto/motivo/procedimento ao qual o mandado de prisão cadastrado está vinculado. Também foi incluída na plataforma a informação dos processos que se encontram aguardando indeferimento para assinar na depuração.

CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR DADOS DE DEPURAÇÃO

57 MANDADOS DE PRISÃO NÃO DEPURADOS
133 MANDADOS DEPRURADOS

Percentual de mandados não depurados: 30,03%

1 ORIENTAÇÕES

ATENÇÃO! A PLANILHA PARA DEPURADAÇÃO DEVE SER ALIMENTADA DE FORMA ONLINE PARA QUE TODAS AS INFORMAÇÕES SEJAM SALVAS.

Número de mandados de prisão

Unidade de processo: 2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DE...

Lista de mandados de prisão não depurados

Nº DO PROCESSO	Nº DO MANDADO	NOME	CIDADE DO PRISÃO	UNIDADE JUDICIÁRIA
00004413000000000001	000000000000000000011	WILSONTON BERTINO DA SILVA	Belem	2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM
00000077000000000001	000000000000000000011	LUIS OTAVIO OLIVEIRA DA SILVA	Belem	2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM
00000000000000000001	000000000000000000011	OSWALDO ALBERTO PINHO DE SOUZA	Belem	2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM
00000077000000000001	000000000000000000011	EDSON PEREIRA SILVA	Belem	2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM
00000000000000000001	000000000000000000011	ARACELI BARBOSA DE ALMEIDA	Belem	2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM
00000000000000000001	000000000000000000011	ELIZABETH DE OLIVEIRA SILVA	Belem	2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM

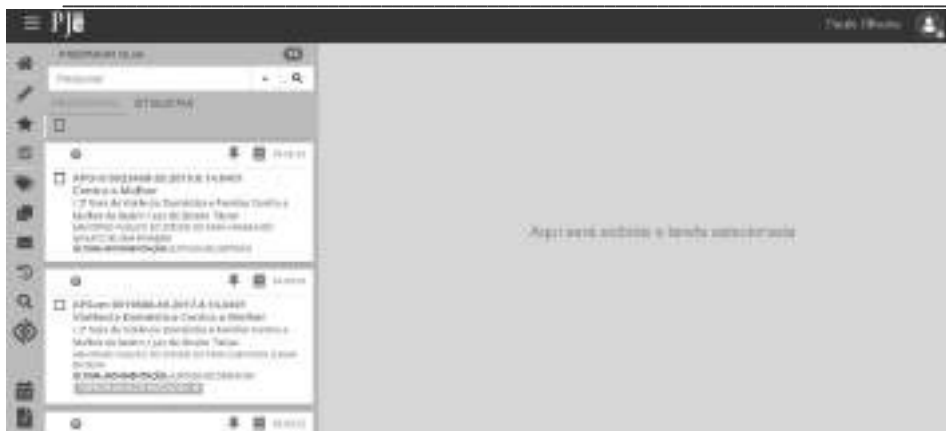
Mandado de Prisão	Nº	Nome	Processo	Data de prisão	Tempo de prisão
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	000010007054383	IRINEO BARBOSA DOS SANTOS	00002070423180143401	43007	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	000010020167552	FABIO LAJOR PEREIRA	00003209120180143401	43008	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100091970560	RAULO SERGIO BARROSO DA SILVA JUNIOR	000032048120180143401	43009	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100161523013	EDIVAN LUIZ DOS SANTOS NETO	000033430700180143401	43010	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100301398187	LEONARDO SOUZA DO NASCIMENTO	00000960200058100001	43011	Superior a 2 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100309671923	MARCUS MARCOS MENDES COSTA	00000180530009100001	43012	Superior a 2 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	00001003097058788	CARIMAU RODRIGUES DA SILVA	00113033800058100001	43013	Superior a 2 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300000000	MARCUS ADRIANA VIEIRA SALES	00116040720180143401	43014	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100309660627	ANTONIO MARCOS PEREIRA BRALHO	00106675000058100001	43015	Superior a 2 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	000010007000663	EDMUNDO ASSIS CORREIA	00178045520180143401	43016	Superior a 3 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100123367997	Sergio Paulo Costa Viana	00104817000058100001	43017	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100107000000	ADRIANO CLIBER DA COSTA SANTOS	00203897720180143401	43018	Superior a 3 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	000010030143169	LEONARDO DE SOUZA TAVARES REMENTE	00209997820180143401	43019	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	00001001610961736	CRISTIANE DAVID RIBEIRO COSTA	002000020180143401	43020	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100301000000	EFFERSON ELTON FIGUEIREDO BRAGA	00200387300180143401	43021	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100110170502	ELIELZO LIMA DE CERVAUDO	002270087200180143401	43022	Superior a 4 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100200829328	MARCON WILSON DA SILVA NASCIMENTO	00209602000180143401	43023	Superior a 3 anos
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100090821503	José Paulo Cruz de Castro	002061220058100001	43024	Superior a 6 meses
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100200900000	LEONARDO DE OLIVEIRA MARTINS	00000104820180143401	43025	Superior a 1 ano
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300779137	CAIO RIVAN SOUTO GONCALVES	00004913120058100001	43026	Superior a 1 ano
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100306107900	JOSE CARLOS DE SAITO BRITO	00000000000180143401	43027	Superior a 1 ano
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300130451	ANDRELLY KELLY CAMPLO DA SILVA	00000000000180143401	43028	Superior a 1 ano
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300020070	JOSEAN DE NELO BIZERRA	00000101500180143401	43029	Inferior a 90 dias
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300000000	EDUARDO ANDRE LEAL DE SOUZA	00107946520020000001	43030	Inferior a 90 dias
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300144502	ANTONIO PANTOJA ALVES	00108574820180143401	43031	Superior a 1 ano
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300970000	RIAN PEDRO SERRAO DA SILVA	00121480000200200001	43032	Superior a 1 ano
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100011019107	BARBARA LUI SULLERMO BAZZANO LEMUS	00101127000058100001	43033	Superior a 1 ano
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300000000	JEFFERSON ROCHA JUNIOR	00105130000058100001	43034	Superior a 6 meses
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	00001003000077900	EDUARDO MENDES DE SOUZA	00109752920180143401	43035	Superior a 60 dias
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300000000	EDUARDO SOUZA DE SOUZA	00108750400058100001	43036	Superior a 60 dias
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300000000	EDSONDOR DE JESUS DA COSTA	00177231200180143401	43037	Superior a 6 meses
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	00001003016607927	DIEGO DOS SANTOS SILVA	00104680700058100001	43038	Superior a 1 ano
2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM	0000100300000000	OPALDO DA SILVA FERREIRA	00104804000180143401	43039	Superior a 1 ano

5.39. De que forma a Unidade encaminha as guias de execução provisória/definitiva para a Vara de Execução Penal competente? É observado o que recomendam os ofícios circulares n. 80/2021-CGJ e n. 13/2022-CGJ, ambos da Corregedoria-Geral de Justiça, quanto à remessa das guias?

A Unidade encaminha as guias de execução provisória/definitiva para a Vara de Execução Penal via Malote Digital.
Não tem guia de recolhimento (VEP) para expedir. Há 02 guias para a VEPMA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



- DOS BENS APREENDIDOS:

5.40. De que forma a Unidade identifica os processos em que há bem apreendido vinculado?

Inserção da etiqueta BEM APREENDIDO





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Bens Apreendidos

Usuário: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º Grau - Justiça Estadual: 1º GRAU - TJPA

Comarca: BELEM

Vareza e Juizados Especiais: 2ª VARA DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: Todas

Descrição Complementar do Bem

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Revolver	1	-	00002175220148140401
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	00003378920098140401
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	00016999320188140401
Armas e acessórios	Revolver	1	-	00022763820118140401
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	00113210220188140401
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	2	-	00114977820188140401
Armas e acessórios	Revolver	1	-	00127086220088140401
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	+	00175562420148140401
Armas e acessórios	Revolver	1	-	00178832720188140401
Armas e acessórios	Pistola	1	-	00191198320148140401
Armas e acessórios	Revolver	1	+	00278832320178140401
Armas e acessórios	Revolver	1	-	200620410255
Armas e acessórios	Revolver	1	-	200720132030
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	+	200820143135
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	200820146268

Número de registros: 76

Página 1 de 6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CNJ
CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA

Bens Apreendidos

Usuário: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

19º Grau - Justiça Estadual: 19º GRAU - TIPIA

Comarca: BELEM

Varas e Juizados Estaduais: 2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE BELEM

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	00119210220198140401
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00127080220088140401
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	00178562420148140401
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00178932720198140401
Armas e acessórios	Pistola	1	-	00191199320148140401
Eletrônicos diversos	-	1	-	00449707620198140401
Eletrônicos diversos	-	3	-	00098169120198140401
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	2	-	00032844920198140401
Objetos Pessoais ou Domésticos	-	1	-	00152810520148140401

Número de registros: 9

Página 1 de 1

Observação da CGJ: A Diretora de Secretaria tem acesso ao sistema, mas, ainda, não sabe manuseá-lo. Foi orientada a fazer o treinamento de SNBA, para destinação dos bens e SNGB, para cadastramento e destinação.

5.41. Há bens apreendidos na Secretaria ou Fórum da Comarca? Os objetos apreendidos se encontram devidamente identificados com o número do processo e as partes envolvidas?

Na secretaria não tem bem apreendido. O controle é feito pelo Setor de Armas e Bens Apreendidos.

5.42. Todos os bens apreendidos vinculados aos feitos da Unidade se encontram



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

devidamente cadastrados nos Sistema Nacional de Gestão de Bens Apreendidos – SNGB? Todos os servidores têm conhecimento do Manual do SNGB?

Quando se verifica a situação acima, cadastra-se no SNGB.

5.43. O Juízo cumpre efetivamente todas as determinações contidas no Provimento Conjunto nº 002/2021-CJRMB/CJCI, inclusive quanto ao procedimento cabível às armas de fogo e petrechos bélicos? (*Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará*).

Sim. O magistrado determina, via de regra, destruir a arma.

5.44. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o arquivamento de inquéritos policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

N. do processo	Arma/Objeto vinculado
0005919-66.2020.8.14.0401 (PJe)	Revólver calibre 32.

Observação da CGJ: Deve a Unidade proceder com a destinação do bem.

- UNAJ – UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIAL

5.45. Existe UNAJ na Comarca? Identifique o(a) servidor(a) responsável.

Sim. Everton Silva (Chefe da UNAJ/BELÉM)

5.46. Qual o prazo médio que o processo permanece na UNAJ? (Art. 2º, II da Resolução n.º 26, de 10 de agosto de 2016).

Não verificado processo enviado à UNAJ desde a última correição.

5.47. O servidor tem acessado o e-mail da sua unidade de arrecadação para ter conhecimento das orientações e comunicados enviados pelo chefe da Divisão de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Acompanhamento e Controle da Arrecadação dos Serviços Judiciais – DIAJU? (Art. 2º, III, da Resolução n.º 26, de 10 de agosto de 2016)

Prejudicado

5.48. A legislação que trata sobre custas judiciais se encontra em local visível para consulta pelo público em geral? (Portaria Conjunta n.º 3/2017-GP/VP/CJRMB/CJCI que dispõe sobre a regulamentação da redução percentual e do parcelamento de custas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências; Portaria Conjunta n.º 004/2015/GP/CJRM/CJCI que dispõe sobre o procedimento de restituição de taxa judiciária, custas judiciais, despesas processuais e demais receitas recolhidas em favor do Fundo de Reaparelhamento do Tribunal de Justiça do Pará).

Sim, no quadro de avisos.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**



Observação da CGJ: Não foi localizado no quadro de avisos a legislação sobre custas processuais.

6. ATENDIMENTO AO PÚBLICO e BALCÃO VIRTUAL (Resolução 372/2021-CNJ e Portaria 1724/2021-GP):

6.1. Quais as modalidades de atendimento ao público realizada? Quantos servidores são designados para o atendimento? Há um controle do quantitativo de atendimento realizado?



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nas modalidades presencial e virtual. Todos os servidores fazem o atendimento, não havendo delimitação quantitativa.

Observação da CGJ: Foi efetuado contato pelo balcão virtual pela Corregedoria no dia 09/05/2023 e foi atendida. Durante a correição, a Diretora de Secretaria fez atendimento pelo balcão virtual.

6.2. Está sendo realizado o atendimento virtual de representantes do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados e demais usuários dos serviços judiciários?

Sim.

7. DO GABINETE DO JUÍZO:

- DOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIOS:

7.1. Qual metodologia de trabalho é empregada no Gabinete? Descreva o fluxo de trabalho desde a entrada do processo no Gabinete até seu retorno para a Secretaria.

Após a conclusão, os processos são analisados e etiquetados por tarefas. Após a análise é realizada a minuta dos despachos/decisões/julgamentos e encaminhados para a assinatura do Magistrado.

Observação da CGJ: No gabinete, há quatro pessoas: A assessora, dois servidores e uma estagiária.

7.2. Como são divididas as tarefas no Gabinete? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor(a).

Todas as atividades são divididas entre os servidores que estão no Gabinete, sendo exclusividade da Assessora os processos na situação de réu preso.

7.3. São fixadas metas de trabalho para cada servidor(a) dentro das atribuições para as quais foram designados no Gabinete?



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Sim.

Observação da CGJ: A média de uma minuta de sentença penal por dia por servidor. Todas as medidas protetivas iniciais são minutadas no dia pelos servidores. E há rodízio semanal entre os servidores para as minutas dos processos urgentes.

7.4. Todos os servidores(as) e estagiários(as) possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim.

7.5. Considerando os últimos 12 (doze) meses, em quantos feitos o(a) Magistrado(a) da Unidade firmou suspeição ou declarou impedimento?

Não houve processo nessa situação no período solicitado. Apenas um processo.

Observação da CGJ: Processo da suspeição 0819241-86.2021. O magistrado informou que se declarou suspeito em apenas um processo durante 12 meses.

7.6. São adotados os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício? (Provimento n.003/2009-CJRMB, alterado pelo Provimento n. 11/2009-CJRMB)

Sim

7.7. Com que frequência o gabinete consulta o Sistema PjeCor? (Resolução n. 320/2020-CNJ, Provimento Conjunto n.11/2020-CJRMB/CJCI e Ofícios Circulares n. 135/2020-CJCI e n. 39/2021-CGJ)

Ocasionalmente.

Observação da CGJ: Foi orientado ao Magistrado que o acesso ao PJEOR deve ser diário.

7.8. A publicação dos atos judiciais é realizada pelo Gabinete? Há publicação diária da resenha? Em caso negativo, qual a periodicidade? É certificado nos autos o dia da publicação no Diário de Justiça Eletrônico?

Sim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7.9. É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar dos réus a cada 90 (noventa) dias, em cumprimento ao que dispõe o artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal?

Sim. Em prazo menor, inclusive.

7.10. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(a) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais – CNIEP?

Não há estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo.

- DA GESTÃO DA UNIDADE:

7.11. O(A) Magistrado(a) realiza a gestão da Vara como corregedor(a) natural mantendo o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias? Há acesso constante aos dados da Unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA?

Sim.

7.12. Com que periodicidade o(a) Magistrado(a) se reúne com os servidores(as) para definir a gestão da Unidade?

Sempre que necessário.

7.13. A Unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente? Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da Unidade Judicial?

Não.

Observação da CGJ: O magistrado irá reunir com a equipe para estabelecer metas de trabalho com o objetivo de sanear os sistemas.

7.14. O(a) Magistrado (a) tem identificado dentre o corpo de servidores(as) a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

existência de problemas de saúde, física e mental?

Não.

7.15. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores(as) da Unidade (Secretaria/UPJ-Gabinete)?

Não.

Observação da CGJ: Embora a Unidade tenha informado que não precisa de treinamento, esclareceram que não precisam em relação ao PJE, mas precisam de treinamento em relação ao BNMP e SNGB.

7.16. O Gabinete adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? (Boas Práticas)

Não.

8. DAS AUDIÊNCIAS/PERFIL DA PAUTA:

8.1. De acordo com o Painel de Gestão Judiciária, no ano anterior à correição e no ano corrente, qual o número de audiências designadas, não realizadas, realizadas e redesignadas?

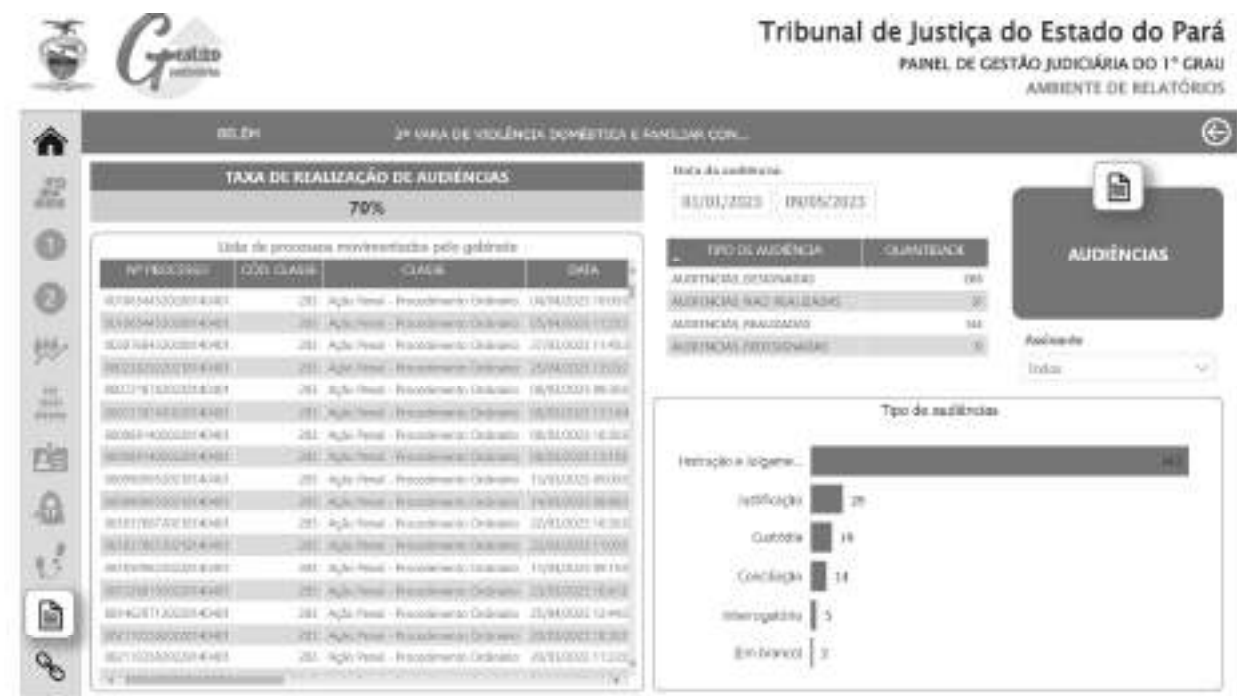
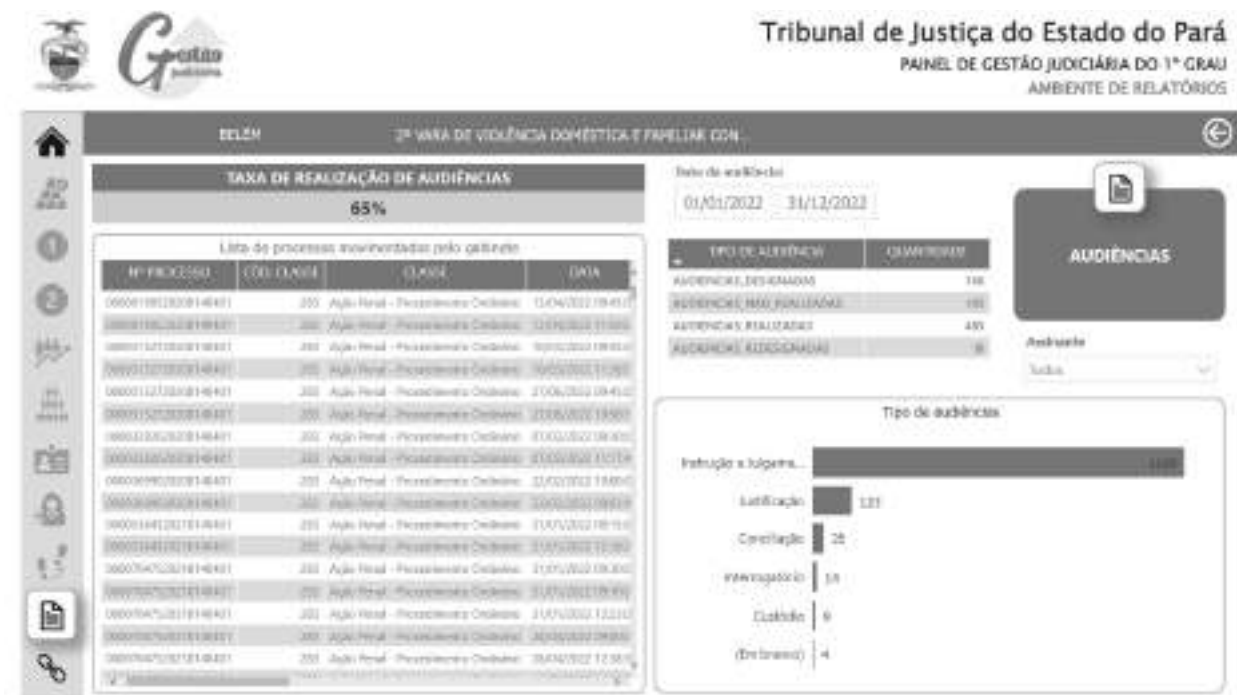
Situação	Ano anterior	Ano corrente
Audiências designadas	746	197
Audiências não realizadas	105	51
Audiências realizadas	485	141
Audiências redesignadas	18	11

Observação da CGJ: As audiências são realizadas de segunda a quinta-feira em uma média de 5 audiências de instrução por dia. Às sextas-feiras são utilizadas para despachos e sentenças, além das audiências de custódia que são encaixadas na pauta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.1.1. Corregedoria: Inserir *prints* do Painel de Gestão Judiciária-Audiências para identificação do quantitativo de “Tipos de audiências” do ano anterior e do ano corrente.



8.1.2. Taxa de realização de audiências (vide Painel de Gestão Judiciária):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ANO ANTERIOR: 65%

ANO CORRENTE: 72%

8.2. As audiências estão sendo realizadas de forma presencial, videoconferência ou híbrida?

Híbrida, mas a maioria é em forma presencial.

8.3. Em quantos e quais dias da semana são marcadas as audiências de processos envolvendo réus presos provisórios? Para qual data está marcada a última audiência de processo envolvendo preso provisório? Qual o número do processo?

Preferencialmente às segundas-feiras. Data marcada da última audiência de processo envolvendo preso provisório: 08.05.2023 (processo 0806177-38.2023.8.14.0401), essa mesma audiência foi remarcada para o dia 22/05/2023 às 10:30h.

Observação da CGJ: A central devolveu o mandado da audiência designada para o dia 08.05.2023 por estar em desacordo com o Provimento 009/2019-CJRMB/CJCI, art. 9º, inciso VIII.

8.4. Em quantos e quais dias da semana são marcadas as audiências de processos envolvendo réus soltos? Para qual data está marcada a última audiência de processo envolvendo preso solto? Qual o número do processo?

Todos os dias da semana, exceto às sextas-feiras. Data marcada da última audiência de processo envolvendo preso solto: 16.08.2023 (processo 0804041-68.2023.8.14.0401)

8.5. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a esta seja efetivamente realizada?

40 a 60 dias

**- UNIDADE COM COMPETÊNCIA PARA PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI:
Prejudicado**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9. DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE:

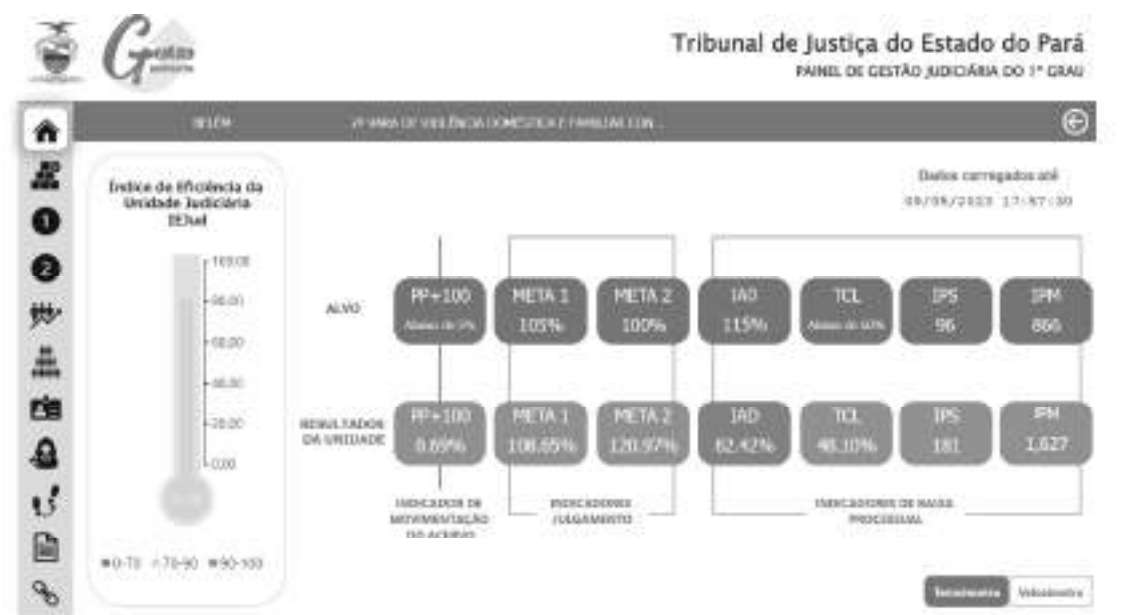
Corregedoria: Incluir print de telas/transcrever dados do Gestão Judiciária 1G contendo os dados de:

(1) IEJUD: 81,38

(2) PP+100 (detalhes): 0,69%

(3) Taxa de Congestionamento Líquida (TCL – detalhes): 48.10%

(4) Painel de Gestão de Atividades (atos praticados por servidor (a) – ano corrente)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



11. ANÁLISE DE PROCESSOS POR AMOSTRAGEM:

11.1. Análise de 03 (três) processos à critério do Juízo corregedor:

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	0018538-28.2007.814.0401 (suspensão)	08/02/2023	Expedição de carta precatória ao Advogado que mora no Amapá para apresentar resposta escrita; Crime do art. 121, § 2º, IV c/c art. 14, II do CPB. Prisão preventiva decretada em abril 2013
02.	00010575720088140401 (suspensão)	13/04/2023	Intimação do advogado para fornecer o endereço do réu para citação. Prisão Preventiva revogada em 19/04/2022.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

03.	0009916-91.2019.8.14.0401 (bem apreendido)	22/02/2022	Dilgências para tentar localizar o réu
------------	---	-------------------	---

11.2. Análise dos 05 (cinco) processos mais antigos em tramitação na Unidade de acordo com o Painel de Gestão Judiciária:

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	00219098320098140401	04/08/2022	Sentença de pronúncia. Acusado não localizado para tomar ciência. Autos conclusos para despacho dia 10/05/2023
02.	00189189520138140401	11/04/2023	Despacho para tentativa de localizar o réu a cada 180 dias.
03.	00218618520138140401	22/08/2022	Decisão que não admitiu o recurso especial. Des. Ronaldo Vale. Trânsito em julgado em 20/09/2022. Certidão de não intimação do réu para cumprir a sentença em 10/03/2023.

11.3. Análise de 03 (três) processos envolvendo réus presos provisórios de acordo com a data de prisão mais antiga, sem sentença:

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	0826295-69.2022.8.14.0401	24.04.2023	Sentença de pronúncia. Réu intimado em 03/05/2023 na prisão.
	0806082-08.2023.8.14.0401	03/05/203	Denúncia recebida. Preso no PEM III – Marituba. Mandado devolvido em 04/05/2023 sem cumprimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			Expedido novo mandado em 05/05/2023
03.	0806177- 38.2023.8.14.0401	08/05/2023.	08/05/2023. Audiência de Instrução e julgamento redesignada para o dia 22/05/2023

11.4. Análise de 03 (três) processos relativos à Improbidade Administrativa e/ou crimes contra a Administração Pública:

	Número do processo	Data do último despacho/movimento	Observações / Recomendações
01.	PREJUDICADO		

11.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, quantas cartas precatórias foram encaminhadas e ainda se encontram aguardando devolução? Como a Unidade realiza o controle/identificação dos processos no PJe que aguardam devolução de precatórias?

08 processos com carta precatória aguardando devolução, conforme controle mediante a inserção da etiqueta: "AGUARDANDO RETORNO DE CARTA PRECATÓRIA".

11.6. Análise de 05 (cinco) processo com Carta Precatória expedida e sem devolução há mais de 90 (noventa) dias:

	Número do processo	Data da Remessa	Juízo Deprecado	Observações / Recomendações
1	0802789- 30.2023.8.14.0401	15.02.2023	Juiz de Direito da Comarca de Bacuri-MA	Sem resposta nos autos. Intimação do acusado do deferimento das medidas protetivas de urgência. Não foi encontrado ofício



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

				cobrando a devolução da carta precatória
2	0818375-78.2021.8.14.0401	12.12.2022	Juiz(a) de Direito da Comarca de Curitiba-PR	Citação da acusada. Não foi encontrado ofício cobrando a devolução da carta precatória

11.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, quantas cartas precatórias estão distribuídas para a Unidade e ainda se encontram com *status* “em andamento” no acervo ativo da Vara, segundo o Painel de Gestão Judiciária?

As Cartas Precatórias são enviadas ao Juízo competente, que é a Vara de Cartas Precatórias.

11.8. Análise de 05 (cinco) processos com Cartas Precatórias recebidas, sem cumprimento há mais de 60 (sessenta) dias:

Número do processo	Data do recebimento	Juízo Deprecante	Observações / Recomendações
PREJUDICADO			

12. VARA COM COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO PENAL (itens 11.1 a 11.20):

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa) - Prejudicado

Observação da CGJ: Não há guia de recolhimento para expedir para a VEP. Há guias para serem encaminhadas para a VEPMA.

12.16. DADOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO:

12.16.1. SEEU - Dados Estatísticos de Processos Ativos: PREJUDICADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12.16.2. SEEU - Dados Estatísticos de Processos Ativos: PREJUDICADO:

13. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO-PJE:

* Dados informados pela Unidade.

Acervo de processos ATIVOS em tramitação na Unidade (Painel de Gestão Judiciária):	1721	1732
Acervo de processos SUSPENSOS (Painel de Gestão Judiciária):	400	437
Total de processos distribuídos/redistribuídos para a Unidade no ano anterior (Painel de Gestão Judiciária-Entrada de feitos)	3236	3564
Total de processos distribuídos/redistribuídos para a Unidade no ano corrente (Painel de Gestão Judiciária-Entrada de feitos)	1607	1699
TOTAL de processos paralisados há mais de 100 dias na UNIDADE (PP+100 total - Painel de Gestão Judiciária):	6	12
Processos conclusos há mais de 100 dias (PP+100 Gabinete - Painel de Gestão Judiciária):	0	0
Processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria/UPJ (Painel de Gestão Judiciária):	6	12
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa "Verificar providência a adotar"	363	378
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa "Migração do sistema Libra"	4	4
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa "Verificar manifestação"	9	18
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa "Preparar guia"	10	12
PERFIL SECRETARIA PJE - Processos em tarefa "Remeter ao 2º. Grau"	16	9
PERFIL SECRETARIA PJE – AGRUPADORES (a partir do filtro buscar resultados desde sempre) - Petições avulsas não lidas	46	127
PERFIL SECRETARIA PJE – AGRUPADORES (a partir do filtro	111	185



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

<i>buscar resultados desde sempre</i>) – Mandados devolvidos pelo oficial de justiça		
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa “ <i>Designação de audiências</i> ”	17	18
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa “ <i>Minutar ato de decisão</i> ”	143	153
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa “ <i>Minutar ato de despacho</i> ”	83	89
PERFIL GABINETE PJE - Processos em tarefa “ <i>Minutar ato de julgamento</i> ”	122	93
Perfil GABINETE PJE – Processos com prioridade legal conclusos há mais de 100 dias:	0	0 pelo painel de gestão *

*Não se sabe como retirar esse dado pelo PJE.

14. **CORREIÇÕES ANTERIORES:**

14.1. É cumprido o que determina o Código Judiciário do Estado do Pará quanto à realização de correição anual na Comarca pelo(a) Magistrado (a)? Identificar a data da última correição ordinária periódica, o registro no PJECor e o (a) Magistrado(a) responsável.

(Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)

Não, porque a Vara demanda medidas urgentes a serem apreciadas diariamente.

Observação da CGJ: A Unidade desde o ano de 2020 não realiza correição, não observando o disposto no art. 11 do Código Judiciário do Estado do Pará.

14.2. Data da última correição ordinária realizada pela Corregedoria e registro no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

sistema PJeCor

15 a 17.10.2019. PJeCor nº 0000208-93.2020.200.0814

Observação da CGJ: Há decisão da Desembargadora Corregedora à época, arquivando os autos, conforme print abaixo.

PROCESSO Nº 0000208-93.2020.2.00.0814

CORREÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE BELÉM

DECISÃO/OFÍCIO Nº 0829- ICJRM

Considerando as informações prestadas pelo Magistrado Titular da 2ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE BELÉM Excm. Dr. Mounício Pente Ferrera de Souza, informando que as recomendações referentes a presente Correção foram cumpridas, especificamente as contidas nos itens 03 e 07 do relatório, **DETERMINO** o arquivamento do presente expediente.

Dê-se ciência ao Juízo Conccionado

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, data da assinatura eletrônica.

Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA CUMARÃES

Corregedora de Justiça de Região Metropolitana de Belém

14.3. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior realizada pela Corregedoria que se encontram ainda pendentes de cumprimento?

As recomendações foram cumpridas em sua integralidade.

Observação da CGJ: Verificando o PJeCor nº 0000208-93.2020.200.0814, o magistrado informou que todas as recomendações foram cumpridas (id. 185537), tendo sido determinado o arquivamento dos autos (id. 193388).

15. OBSERVAÇÕES GERAIS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA:

Diante das dificuldades em compreender a visão que as ferramentas do Painel de Gestão Judiciária proporcionam para melhorar a gestão da Unidade, foi realizado workshop no dia 10/05/2023 com a presença do magistrado e servidores da Unidade e do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística DPGE, através da plataforma Teams, ocasião em que o Coordenador Gleison Gomes, saneou dúvidas acerca da extração de dados e conhecimento do Painel.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NR DO PROCESSO	INTERNA	EXCLUSA	CLASSE	QUANTO	DATA DO EVENTO	CODIGO DO MOVIMENTO	REQUANTO
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1
1179			PROCESSOS JUDICIAIS DE CONCORDANCIA DE PAGAMENTO	1	2024/08/29	00000000000000000000	1

(print de tela de assunto tratado durante o workshop)

No mesmo dia, também foi realizado workshop com a servidora da Corregedoria Geral de Justiça, Noemy Carvalho pela plataforma do teams, a fim tirar dúvidas e explicar diversas funcionalidades do sistema PJe.

Dentre as funcionalidades foi mostrado que na retificação de autuação, características do processo constam as etiquetas automáticas. Também foram mostradas as etiquetas, que são automáticas desde que selecionadas. No workshop também se notou que na Unidade há muitos processos julgados e não baixados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO OPERACIONAL DO TJ/PA

Área	Indicador	Valor
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	RECURSOS	100%
	RECURSOS	100%
	RECURSOS	100%
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	RECURSOS	100%
	RECURSOS	100%
	RECURSOS	100%
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	RECURSOS	100%
	RECURSOS	100%
	RECURSOS	100%

GLEISON AUGUSTO FURTADO GOMES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO OPERACIONAL DO TJ/PA

Métrica	Valor
Processos	138.476
Atos	2.135

Chat de reunião

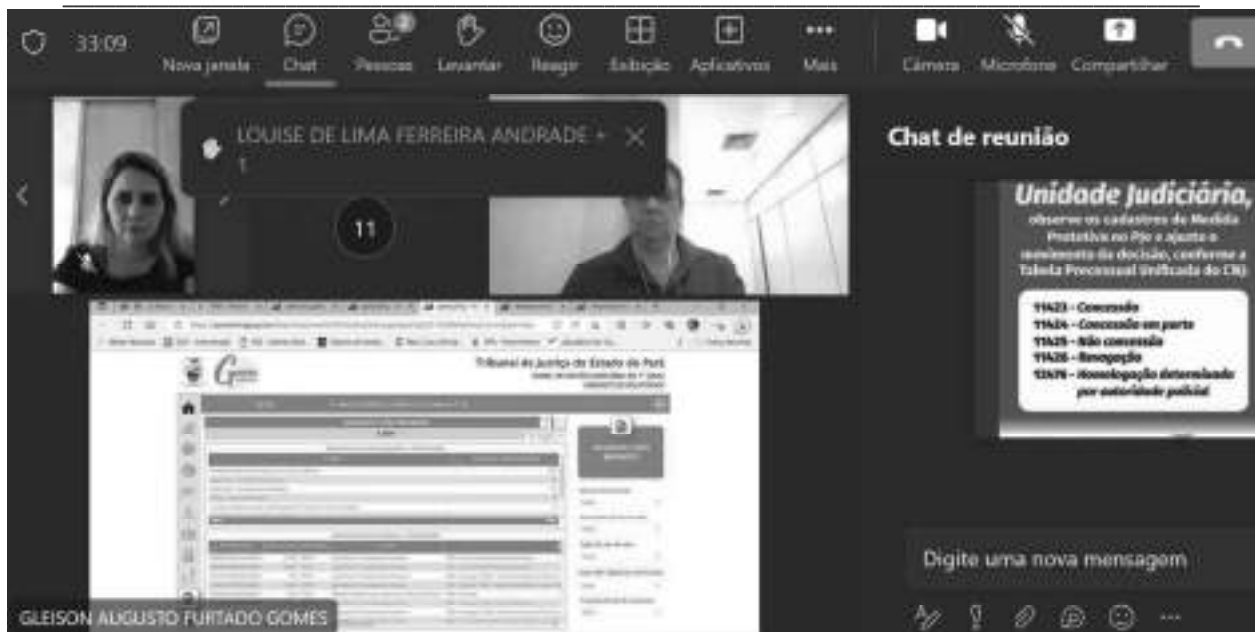
- 13423 - Concessão
- 13424 - Concessão em parte
- 13425 - Não concessão
- 13426 - Revogação
- 13428 - Investigação determinada por autoridade policial

Digite uma nova mensagem

GLEISON AUGUSTO FURTADO GOMES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O relatório de fiscalização virtual mostrado abaixo, demonstra que há boletos pendentes de regularização pela Unidade.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
UNIDADES JUDICIÁRIAS NÃO FISCALIZADAS - COMARCA DE BELÉM - VALOR DO BOLETO ABAIXO DE R\$500,00 COM VENCIMENTO EM 2023

Nº	UNIDADE JUDICIÁRIA	BOLETOS QTD	BOLETOS R\$	STATUS
1	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3	R\$ 970,00	Pendente
2	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3	R\$ 970,00	Pendente
3	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (FUNÇÃO PÚBLICA E SUBSIDIÁRIA)	3	R\$ 970,00	Pendente
4	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3	R\$ 970,00	Pendente
5	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3	R\$ 970,00	Pendente
6	VARA DE FISCALIZAÇÃO	3	R\$ 970,00	Pendente
7	VARA DE FISCALIZAÇÃO (FUNÇÃO PÚBLICA E SUBSIDIÁRIA)	4	R\$ 970,00	Pendente
8	VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	1	R\$ 65,00	ADOTO
9	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECRETARIA)	3	R\$ 970,00	Pendente
10	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECRETARIA)	3	R\$ 970,00	Pendente
TOTAL		25	R\$ 1.790,00	

Belém, 06 de junho de 2023

André Serpa
Analista Judiciário - Fiscal de Arrecadação



Também foi mostrado à Unidade, os códigos corretos para cadastramento de medidas protetivas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Unidade Judiciária,
observe os cadastros de Medida
Protetiva no PJe e ajuste o
movimento da decisão, conforme a
Tabela Processual Unificada do CNJ:

11423 - Concessão
11424 - Concessão em parte
11425 - Não concessão
11426 - Revogação
**12476 - Homologação determinada
por autoridade policial**

16. RECOMENDAÇÕES DA CORREIÇÃO:

Diante dos achados da presente correição, **sugere-se** ao Exmo. Sr. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, que determine a adoção de providências pelo magistrado e servidores, nos seguintes itens:

1. oficiar à Direção do Fórum Criminal e Secretaria de Engenharia do TJPA no sentido de solucionar o problema de acessibilidade das pessoas com deficiência que utilizam o elevador que está instalado na carceragem, e as questões estruturais reportadas pelo Magistrado (a exemplo das goteiras que têm na Vara);
2. alimentar a aba de informações criminais no PJe. Isso é feito por meio da guia retificar autuação, preenchendo os campos local do fato e procedimento de origem;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3. depurar no BNMP, os mandados de prisão afetos à Unidade, de modo que os presos provisórios cadastrados no referido sistema sempre reflitam a realidade dos presos provisórios da Unidade;
4. padronizar as etiquetas de forma a tornar mais fácil a extração das informações solicitadas;
5. remeter ao 2º Grau os processos que aguardam tal providência;
6. diligenciar a Unidade sobre o grande volume de mandados não cumpridos durante o plantão criminal, com resposta à CGJ;
7. cumprir o Ofício Circular 19/2023-CGJ a fim de depurar os mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam a validade nos últimos seis meses;
8. proceder a capacitação dos servidores no sistema nacional de gestão de bens (SNGB) disponível no endereço eletrônico: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/sistema-nacional-de-gestao-de-bens-sngb/capacitacao/>;
9. registrar os bens apreendidos em feitos vinculados à Unidade, no sistema SNGB, com acesso pela plataforma PDPJ do CNJ disponível no endereço eletrônico: https://sso.cloud.pje.jus.br/auth/realms/pje/protocol/openid-connect/auth?client_id=sngb-frontend&redirect_uri=https%3A%2F%2Fsngb.pdpj.jus.br%2F&state=b5e8c84a-f7ff-441c-ba91-90166bcb716&response_mode=fragment&response_type=code&scope=openid&nonce=b0f9918c-a4dc-4130-8385-5d01c41020cam PDPJ - Plataforma Digital do Poder Judiciário (pje.jus.br);
10. recomendar ao magistrado que dê a devida destinação aos bens apreendidos;
11. registrar controle do prazo prescricional dos processos, com a sugestão de que seja anotado por ano e mês para facilitar a localização por etiqueta;
12. cumprir a Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ (expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814) quanto à



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

-
- premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE;
13. adotar o modelo de certidão nos autos para o controle da frequência mensal dos réus a quem foi concedida liberdade provisória. Assim há um controle mais efetivo pela Unidade;
 14. solicitar a devolução das cartas precatórias expedidas há mais de três meses, observando-se o item 11.6;
 15. realizar as correições anuais, em cumprimento ao art. 11 do Código Judiciário do Estado do Pará;
 16. manter efetivo controle dos processos em trâmite na Vara para se evitar a prescrição;
 17. utilizar os códigos corretos de cadastramento das medidas protetivas.

17. DOCUMENTOS ANEXOS:

- Relatório de produtividade – servidora em teletrabalho – Mirasol do S. Mafra Mascarenhas Chaves
- Relatório de produtividade dos servidores em regime de trabalho presencial secretaria e gabinete
- Relatório de servidores
- Relatório de depósitos judiciais
- Relatório de presos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18. ACERVO DE FOTOS:



Equipe de trabalho da Vara e da CGJ



Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Secretaria



Balcão de atendimento da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Rampa de entrada da Secretaria e Gabinete



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Entrada da Vara



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Elevador de acesso à Vara. Entrada no elevador pela carceragem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Escada de acesso às Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Assessoria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Assessoria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Sala de audiências



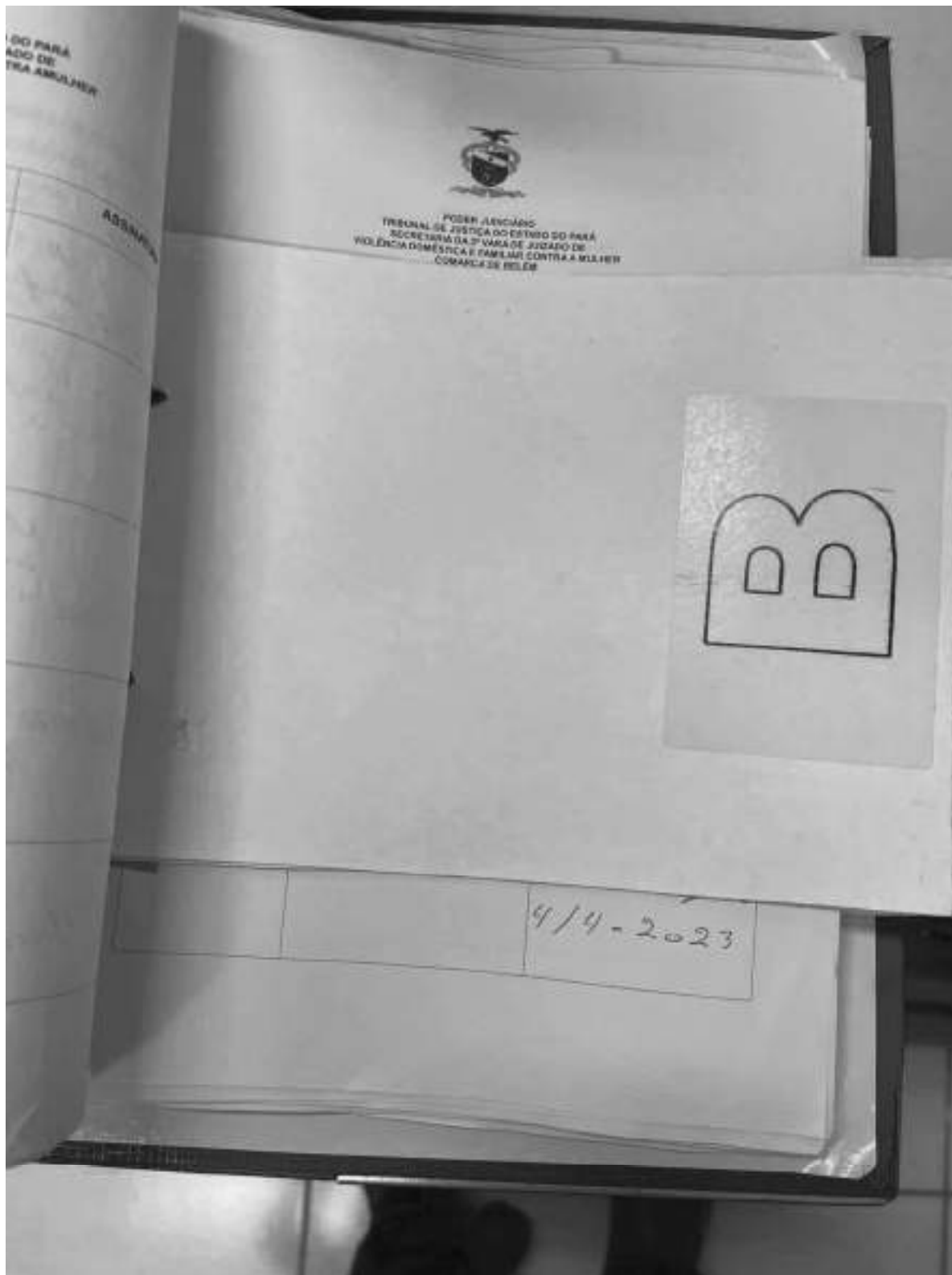
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Pasta de controle de assinatura dos acusados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Controle de assinatura de acusados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

É o relatório que submetemos à elevada apreciação do Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor-Geral de Justiça para análise e considerações.

Belém, PA, correição realizada na Vara em 10 e 11 de maio de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2023.12.18 13:30:57 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

PAULO SERGIO OLIVEIRA:25062
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO OLIVEIRA:25062
Dados: 2023.12.18 13:25:29 -03'00'

Paulo Sérgio Oliveira

Servidor da CGJ – Secretário da Inspeção